

Notificação Convocatória – Audiência de Julgamento

Tribunal Judicial de Lisboa

Juízo de Instrução Criminal n.º 4

Rua da Prata, n.º 23 – 1200-231 Lisboa

N.º Processo: **2023/0456** – Burla Informática por Phishing

Lisboa, **15 de março de 2024**

1. Identificação das partes

Parte	Nome	NIF	Morada / Sede	Mandatário
Autor / Requerente	Ministério Público – Secção de Instrução Criminal	504 123 456	Av. das Forças Armadas, n.º 45 – 1600-076 Lisboa	Dr.ª Marta Santos – Procuradora (OA 54321)
Réu / Requerido	João da Silva	123 456 789	Rua das Flores, n.º 45, 1.º Esq. – 1150-200 Lisboa	Dr.ª Ana Pereira – Advogada (OA 12345) Dr. Luís Carvalho – Advogado (OA 67890)

2. Objeto da Notificação

Nos termos do artigo 13.º do **Código de Processo Penal** e do artigo 140.º do **Código de Processo Civil**, notifica-se o Ministério Público, o réu João da Silva e os seus mandatários para comparecerem à **Audiência de Julgamento** a realizar-se nos termos seguintes:

Elemento	Descrição
Data	28 de abril de 2024
Hora	10h00 (pontual)
Local	Sala de Audiências n.º 2 – Tribunal Judicial de Lisboa, Rua da Prata, n.º 23 – 1200-231 Lisboa
Processo	2023/0456 – Burla Informática por Phishing – Transferências Fraudulentas de €32 000,00
Objeto da Audiência	Julgamento do pedido de condenação formulado pelo Ministério Público, com apreciação das teses jurídicas apresentadas pela defesa.

3. Fundamentação Legal

- Artigo 217.º do Código Penal** – “Burla informática” – tipificado como crime punível com pena de prisão até 5 anos e multa até 120 dias.
- Artigo 13.º do Código de Processo Penal** – Obrigação de as partes comparecerem à audiência, sob pena de julgamento à revelia ou de aplicação de sanções processuais.

3. **Artigo 140.º do Código de Processo Civil** – Determinação de que a notificação deve ser feita por meio escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis da data da audiência.
-

4. Instruções às partes

1. **Ministério Público** – Deverá apresentar, na data designada, a **acusação** completa, bem como os **documentos eletrónicos** e **relatórios periciais** que suportam a demonstração da prática de phishing e das transferências fraudulentas.
 2. **Réu João da Silva** – Deverá comparecer pessoalmente ou, se impossibilitado, apresentar **procuração** que autorize a sua representação por um dos mandatários indicados.
 3. **Mandatários da defesa** – Devem providenciar, até ao dia **21 de abril de 2024**, a entrega ao Juízo de todos os **meios de prova** que pretendam produzir (ex.: perícias técnicas, testemunhos, documentos eletrónicos).
 4. **Ausência injustificada** – O não comparecimento de qualquer das partes, sem justificação devidamente comprovada, implicará a aplicação das sanções previstas nos artigos 13.º e 14.º do CPP, nomeadamente a **julgamento à revelia** do réu ou a **suspensão da audiência** para a prática de atos de diligência.
-

5. Procedimentos de comunicação

A presente notificação será enviada:

- **Por correio certificado** ao endereço da sede do Ministério Público e ao domicílio do réu;
 - **Por correio eletrónico certificado (e-mail)** aos advogados da defesa (Dr.ª Ana Pereira – ana.pereira@advogados.pt; Dr. Luís Carvalho – luís.carvalho@advogados.pt) e à Procuradora Marta Santos (marta.santos@mp.pt);
 - **Por meio de publicação** no Diário da República Eletrónico, nos termos do artigo 11.º do CPP, para efeitos de publicidade e validade.
-

6. Observações finais

- **Confidencialidade** – Todos os documentos e informações trocados no âmbito deste processo são confidenciais, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 12/2005, de 28 de janeiro, de Proteção de Dados Pessoais.
 - **Assistência jurídica** – O réu tem direito a ser assistido por advogado, nos termos do artigo 31.º da Constituição da República Portuguesa. Caso não disponha de mandatário, o tribunal providenciará a nomeação de defensor público.
 - **Requerimentos adicionais** – Quaisquer requerimentos de diligências ou de produção de prova deverão ser apresentados por escrito ao Juízo, com antecedência mínima de **5 dias úteis** antes da data da audiência.
-

Assinatura e selo oficial

Dr. José Almeida – Juiz de Instrução Criminal n.º 4
Tribunal Judicial de Lisboa

Documento emitido eletronicamente, com validade jurídica plena, nos termos do Decreto-Lei n.º 2/2015, de 12 de fevereiro, que regula a assinatura eletrónica e a validade dos documentos digitais.